

**EDUCAÇÃO COM
DITADOR EM VILHENA-
RO:
história e memórias na
Escola Castelo Branco**

EDUCATION WITH A DICTATOR IN
VILHENA-RO: history and memories
at Escola Castelo Branco

EDUCACIÓN CON DICTADOR EN
VILHENA-RO: historia y memorias
en la Escuela Castelo Branco

**Allysson Viana Martins¹
Maria Victória Ferreira Silva^{2, 3}**

RESUMO

As cidades conservam lógicas espaciais e temporais que refletem as suas marcas históricas e memoriais, na mesma medida em que ocultam outras. Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa que investiga os resquícios da ditadura militar em Vilhena-RO a partir da cartografia da cidade, além das memórias dos funcionários e da história da Escola Castelo Branco. Aqui, conceitos em torno da história e da memória são associados à ditadura militar, à história de Vilhena e aos resquícios desse período na cidade através das

¹ Doutor e Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia, com estágio doutoral no Laboratoire Communication et Politique du Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). Jornalista pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: allyssonviana@gmail.com.

² Graduanda em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: mariavictoria_fs@hotmail.com.

³ Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade Federal de Rondônia, Departamento de Jornalismo (Dejor), Av. Dois - Rotary Club, 3756, Setor 10, Jardim Social, CEP: 76980-000 - Vilhena, RO - Brasil

entrevistas com os funcionários da escola. Percebe-se que 2/3 desses funcionários são contrários à mudança do nome da escola e mesmo os 5 educadores que não sabem nada sobre Castelo Branco preferem a não alteração da homenagem.

PALAVRAS-CHAVE: História; Memória; Ditadura Militar; Vilhena; Escola.

ABSTRACT

The cities conserve spatial and temporal logics that reflect their historical and memorial marks, to the same extent that they hide others. This work presents the results of the research that investigates the remnants of the military dictatorship in Vilhena-RO from the cartography of the city, as well as the memories of the employees and the history of the Castelo Branco School. Here, concepts around history and memory are associated with the military dictatorship, the history of Vilhena and the remnants of that period in the city through interviews with school employees. It is noticed that 2/3 of these employees are against the change of the name of the school and even the 5 educators who do not know anything about Castelo Branco prefer not to change the homage.

KEYWORDS: History; Memory; Military dictatorship; Vilhena; School.

RESUMEN

Las ciudades conservan lógicas espaciales y temporales que reflejan sus marcas históricas y de memoria, en la misma medida en que ocultan otras. Este trabajo presenta los resultados de la investigación sobre los restos de la dictadura militar en Vilhena-RO a partir de la cartografía de la ciudad, además de las memorias de los funcionarios y de la historia de la Escuela Castelo Branco. Aquí, conceptos en torno a la historia y la memoria se asocian a la dictadura militar, a la historia de Vilhena ya los restos de ese período en la ciudad a través de las entrevistas con los funcionarios de la escuela. Se percibe que 2/3 de esos



ISSN nº 2447-4266

Vol. 5, n. 2, Abr-Jun. 2019

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2019v5n2p322>

funcionarios son contrarios al cambio del nombre de la escuela, incluso los 5 educadores que no saben nada sobre Castelo Branco y prefieren la no alteración del homenaje.

PALABRAS CLAVE: Historia; Memoria; Dictadura militar; Vilhena; Escuela.

Recebido em: 02.01.2019. Aceito em: 11.03.2019. Publicado em: 01.04.2019.

Governo militar: do golpe à ditadura

O golpe de 1964 se estruturou em torno do medo de que o país se tornasse comunista pelas forças de militares, políticos brasileiros e estadunidenses, empresários, igreja católica, grande mídia, proprietários rurais e demais setores conservadores da sociedade (FERREIRA, 2003). O ato deu início ao período ditatorial militar no Brasil que durou 21 anos, até 1985. Em um cenário de Guerra Fria, com o bloco capitalista representado pelos Estados Unidos, e o bloco comunista liderado pela União Soviética, existia urgência dos políticos e militares brasileiros e estadunidenses em assegurar que o país “não se tornaria uma nova Cuba”.

Antes, em 1961, contudo, o golpe já se impulsionava e quase se efetivou quando Jânio Quadros assumiu a presidência com a promessa de varrer toda a corrupção do país e, meses depois, renunciou na esperança de que a população clamasse pela sua permanência; o que não aconteceu. Com a renúncia de Jânio, o cargo passaria para o vice-presidente João Goulart, entendido pelos militares como político de esquerda, que, naquele momento, estava em missão diplomática na China. O sentimento anticomunista fez com que os militares ignorassem a constituição e tentassem impedir a posse de Jango, que só conseguiu retornar ao país por Porto Alegre, após pontes aéreas na Argentina e no Uruguai, com a ajuda do governador do Rio Grande do Sul e seu cunhado, Leonel Brizola. A posse, contudo, só foi garantida com poderes limitados pela implementação do sistema parlamentarista, com o Congresso Nacional dificultando e derrubando cada uma de suas propostas para resolver a crise econômica que só piorava desde a renúncia de Jânio Quadros. A volta ao presidencialismo ocorreu apenas em janeiro de 1963, por meio de plebiscito;

ainda assim, o presidente adotava medidas conservadoras não efetivas, a fim de não desagradar seus opositores, algo que se tornou insustentável ao final do ano, com os seus apoiadores da esquerda o pressionando pelas reformas progressistas (FERREIRA, 2003; FICO, 2005).

A política de Jango começa a tornar-se mais pungente, com uma virada mais aos interesses da esquerda, não cedendo mais às pressões conservadoras. Em 13 de março de 1964, mais de cem mil pessoas compareceram ao “Comício da Central” com faixas e bandeiras vermelhas daqueles que apoiavam as reformas propostas por Jango, aumentando o sentimento anticomunista nos militares e nos setores mais conservadores da sociedade, como a ala feminina católica que organizou, seis dias depois, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, com apoio de políticos brasileiros e levando cerca de 500 mil pessoas às ruas de São Paulo. Segundo Fico (2005), enquanto as opiniões se dividiam, o país era marcado pela situação financeira complicada, com a dívida externa grande e a inflação anual chegando a atingir 80%. Os militares se sentiam mais aptos a apontar as soluções para o país do que os civis e o momento se tornava propício para isso.

Na madrugada de 31 de março de 1964, o comandante da 4ª Região Militar em Juiz de Fora, Mourão Filho, com o apoio do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, deslocou seus soldados em direção à Guanabara e deu início ao golpe, que se oficializou no dia seguinte. Após um período de transição, com a composição de uma Junta Militar, em 15 de abril de 1964, Humberto Castelo Branco foi declarado presidente da república pelo Congresso Nacional. A intervenção se apresentava como movimento de caráter corretivo e temporário, embora tenha durado 21 anos, o que levou o Brasil a grandes

transformações culturais, políticas e sociais, mas também econômicas, pois, em meio à repressão, com tortura, desaparecimento e mortes, os militares alcançaram o que ficou conhecido como “milagre econômico”, com o número de indústrias no país aumentando na mesma medida em que também cresceram a dívida externa e o abismo na desigualdade da distribuição de renda.

Os militares promulgam os Atos Institucionais (AI), endurecendo cada vez mais o regime autoritário e reprimindo todos os opositores. Os 17 Atos Institucionais foram promulgados nos cinco primeiros anos, com o AI-1 ainda produzido pela Junta Militar e assinado pelo depois presidente Artur da Costa e Silva. Entre todas as decisões, os militares: promovem as eleições indiretas para a presidência da república; fecham o Congresso Nacional; estabelecem o sistema bipartidário – pelo partido situacionista Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e pela oposição consentida com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); permitem intervenções federais em estados e municípios; cassam mandatos políticos; suspendem direitos políticos e civis; censuram os meios de comunicação, além das atividades e dos produtos culturais; promovem a tortura como instrumento estatal; entre outras ações autoritárias. O AI-5, emitido em 13 de dezembro de 1968, foi o mais rígido de todos os 17 e representou o amadurecimento do processo instaurado a partir do golpe de 1964. As medidas foram tão severas que ficou evidente até para os apoiadores do golpe de 1964 que se vivia no Brasil, sem dúvida, uma ditadura (FICO, 2005).

Sob a justificativa de que não existia tempo para concluir a reforma econômica, política e social planejada pelo governo militar, o Congresso Nacional aprovou a prorrogação do mandato do presidente até 15 de março de

1967. Castelo Branco, entretanto, morreu em um acidente aéreo em 18 de julho de 1967, cujos inquéritos militares deixaram lacunas, quando assumiu o cargo de presidente Costa e Silva, empossado em 15 de março de 1967, período em que começa a vigorar a Constituição de 1967. Já existiam protestos no país desde o começo do governo, com o golpe de 1964, porém, as manifestações aumentavam, com estudantes e militantes de esquerda às ruas e operários de fábricas em greve (FICO, 2005).

Em agosto de 1969, o presidente Costa e Silva adoeceu, passando o controle do país aos ministros militares, através do AI-12, no dia 1 de setembro de 1969. Em 30 de outubro, Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência e interligou todos os sistemas de vigilância e informação do regime, fortalecendo a repressão. O governo implementou, então, um sistema de espionagem que dividiu o país em seis zonas, de acordo com as regiões brasileiras, as Zonas de Defesa Interna (ZDIs), junto ao Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), que coordenava as ações do Destacamento de Operação de Informação (DOI), formado por representantes da Aeronáutica, do Exército, da Marinha, da Polícia Federal, do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do governo estadual. "Equipes especializadas em efetuar prisões e outras em fazer interrogatórios. Sempre agiam com muita violência e brutalidade e, para obter informações rapidamente, torturavam os prisioneiros" (FICO, 2015, p. 28).

Estratégias para que a ditadura se consolidasse no poder foram elaboradas, como músicas, jingles, slogans e demais propagandas institucionais, sobretudo com o aumento das vendas dos televisores em cores nos anos de 1970. Os militares, interessados nesse consumo, aumentaram o crediário da população para esta finalidade e criaram uma Assessoria Especial de Relações

Públicas (AERP) para a produção de comerciais para a TV. O sucessor de Médici na presidência, Ernesto Geisel, assumiu em 1974 e em seu governo os incentivos aos projetos e programas oficiais continuaram, mas, com a economia cada vez pior, a crise política não demorou a chegar. O descontentamento era geral, chegando, inclusive, aos militares mais baixos na hierarquia, que já não conseguiam escapar da alta inflação. Para superar a crise, Geisel tentou abrandar alguns aspectos da ditadura, buscando iniciar o processo de transição para a democracia sem que a conta dos militares fosse paga. Todavia, em outubro de 1975, a morte do jornalista Vladimir Herzog causa revolta com manifestações populares e repercussão em jornais. Em 2013, reconheceu-se oficialmente que Vladimir foi assassinado, embora à época a versão oficial defendesse suicídio com o próprio cinto em sua cela; algo nunca aceito.

O governo de abertura se seguiu com João Batista Figueiredo, eleito presidente no dia 15 de outubro de 1979. Em 1978, contudo, o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) foi fundado e a Campanha da Anistia cresceu no país com o slogan: "Anistia Ampla, Geral e Irrestrita", iniciada pelas famílias de presos políticos, exilados e desaparecidos. Com o apoio de entidades internacionais, o governo se viu pressionado a aceitar o projeto, mas não sem antes promover alterações, enviando ao Congresso Nacional uma proposta de anistia total, abarcando todos que cometeram crimes políticos e eleitorais no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. Aprovada em 28 de agosto de 1979, a Lei da Anistia, nº 6.683, apresentou-se como um dos movimentos para o retorno à democracia brasileira ao conceder perdão aos que tiveram direitos políticos suspensos em função de Atos Institucionais e Complementares, mas também aos promotores de desaparecimentos, torturas e mortes, jamais

investigados e punidos (FICO, 2005). Anistia e amnésia, não coincidentemente, possuem uma mesma raiz, ambas advindas da palavra inglesa *amnesty* (MARTINS; MIGOWSKI, 2016).

Os militares começaram, então, a encontrar dificuldade em manter-se no poder tendo que conviver com a oposição, formada por governadores eleitos de maneira direta, e passaram a ter que lidar também com o movimento das Diretas Já, entre 1983 e 1984, que reivindicava eleições presidenciais diretas no Brasil. A proposta de emenda constitucional Dante de Oliveira foi rejeitada pelo Congresso Nacional, portanto, o Brasil teve mais um mandato presidencial de maneira indireta, com José Sarney no lugar do eleito indiretamente Tancredo Neves, falecido antes da posse.

Em Vilhena, município do interior de Rondônia fundado em 1977, a ditadura militar proporcionou a expansão da pequena vila até se tornar cidade. No governo militar, as propagandas sob o slogan “Integrar para não entregar” atraíram migrantes de todo o país ao possibilitar a distribuição de terras da União para a ocupação da região Amazônica (BECKER, 1991). Criada como apoio para a construção da BR-364, Vilhena cresceu junto ao número de moradores na região, após o surgimento dos Projetos de Integração e Colonização (PIC) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Vilhena passou a ser distrito de Porto Velho, capital de Rondônia, em 1 de abril de 1969, com cerca de 160 casas e as avenidas Marechal Rondon, Major Amarante e Capitão Castro; mas sua emancipação aconteceu apenas em 23 de novembro de 1977, quando sancionada a Lei Nº 6.448 pelo então presidente Ernesto Geisel. Nascida no período da ditadura militar, a história e as memórias

dessa época são visíveis na constituição do espaço público da cidade. O município possui atualmente uma escola cujo nome faz referência aos ditadores militares, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Castelo Branco, além das ruas Presidente Médici, Costa e Silva e Castelo Branco. Enquanto estas se localizam na região central da cidade, a escola foi construída em uma das saídas de Vilhena.

Este trabalho avalia as memórias – através de entrevistas sobre o conhecimento acerca do homenageado que dá nome à Escola Municipal de Ensino Fundamental Castelo Branco, as opiniões a respeito de uma possível alteração do nome e os conhecimentos sobre o local – de 12 funcionários da escola, como professores, coordenadores e vice-diretor, tensionando questões relacionadas à história da ditadura militar e de Vilhena e dos resquícios que esse período deixou na cidade através da nomeação de prédios públicos que homenageiam os ditadores militares.

História e memórias

A identidade individual e coletiva tem como elementos essenciais a história e a memória de sociedades e indivíduos. Segundo Le Goff (2013), o termo história pode referir-se a dois aspectos: ciência histórica e acontecimentos passados.

1) “procura das ações realizadas pelos homens” (Heródoto) que se esforça por se constituir em ciência, a ciência histórica; 2) o objeto de procura é o que os homens realizaram. [...] a história é quer uma série de acontecimentos, quer a narração desta série de acontecimentos. Mas a história pode ter ainda um terceiro sentido, o de *narração* (LE GOFF, 2013, p. 13).

A história pode ser compreendida como uma compilação de fatos que tiveram maior repercussão na memória dos homens, isto é, aqueles foram mais lidos, ensinados e tiveram grande penetração nas diversas instâncias sociais, como ocorre com a ditadura militar no ensino da história do Brasil. A história busca conhecer as ações realizadas pela humanidade e lança seus esforços para se estabelecer como ciência histórica. Como registro da história nacional, elabora, através de uma periodização, o resumo dos acontecimentos mais importantes da vida de uma nação e se difere das histórias locais, uma vez que apresenta apenas os fatos que interessam a todos os membros do país ou grupo (HALBWACHS, 1990). Porém, diz-se que a história é contada pelos vencedores, ou seja, as figuras que definem o que será considerado fator importante na história nacional e sob qual olhar os fatos serão narrados.

A história apresenta linhas de separação traçadas de forma a organizar a sequência de acontecimentos, exemplos disso são as divisões dos séculos em períodos, ou a forma como o conteúdo sobre a história política de um país é ensinado nas escolas (HALBWACHS, 1990). Sobre a ditadura militar no Brasil, em geral, têm-se acesso, na escola, a um resumo dos principais fatores que levaram ao golpe e que se desenrolaram nas décadas vindouras, como os presidentes e as suas ações com mais repercussões.

Para registrar as ações humanas, a história se vale de documentos, além de depoimentos, para comprovar como se deu o acontecimento. Como todo texto, entretanto, os documentos também carregam em si subjetividades próprias daquele que o produz, isto é, nenhum documento é isento de ideologias e concepções de mundo.

Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. [...] Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estarem sujeitos a tratamentos destinados a transformar a sua função de mentira em confissão de verdade (LE GOFF, 2013, p. 91).

Além disso, não apenas os documentos produzidos, registrados e conservados, mas o período vivido também é compreendido por tudo aquilo que falta, pela ausência. Os silêncios na história dizem muito, pois são lacunas que devem ser estudadas a fim de compreender por que aquele espaço está em branco, quais as questões que foram esquecidas e silenciadas naquela história e por quais motivos. Assim, a história se faz tanto pela presença quanto pela ausência de documentos e arquivos. O ocultamento e a destruição de arquivos no período da ditadura militar brasileira, por exemplo, foram amparados pelo Decreto Nº 79.099, de 6 de janeiro de 1977, que estabelecia que documentos considerados sigilosos deveriam ser destruídos pela autoridade que os criasse ou pela autoridade que detivesse sua custódia. E muitos documentos que não foram destruídos estão ainda escondidos dos olhos da sociedade.

As memórias, por outro lado, surgem como elementos componentes da história, embora não existam somente em função dela, e se manifestam na vida humana como possibilidade de acesso a impressões de coisas que já aconteceram. "A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas" (LE GOFF, 2013, p. 366). Feita de lembranças e de esquecimentos, trata-se de um fenômeno sempre atual, por natureza múltipla, plural e coletiva. Enquanto a história é a reconstrução incompleta do que não

existe mais, uma representação do passado que se liga às continuidades temporais e exclui as ambiguidades, a memória, apesar de ter o aspecto coletivo, é individualizada, embora seja um individual que se insere em um contexto social e coletivo (NORA, 1993).

A memória aparece como uma das formas de consolidação da identidade coletiva e comunitária, com as cidades se tornando arquivos urbanos cheios de histórias com as quais convivemos e de onde tiramos memórias individuais e coletivas. Em Vilhena, três ruas e uma escola homenageiam presidentes da ditadura militar, transparecendo o contexto de criação do município e evidenciando as práticas culturais, históricas, políticas e sociais de uma cidade cujas principais avenidas fazem referência a outros militares que tiveram atuação na construção do estado, as avenidas: Marechal Rondon, Major Amarante e Capitão Castro.

Composição, tipos e lugares de memória

Essa importância na consolidação da identidade individual e coletiva da memória se estabelece porque, como destaca Halbwachs (1990), mesmo um indivíduo sozinho é apanhado por forças sociais que atuam sobre ele e fazem com que nunca esteja, de fato, só. As suas lembranças são apoiadas nas de outros e nos grupos sociais nos quais está inserido, como família, escola, igreja, entre outros. Desta maneira, as memórias também se organizam de duas formas ao se considerar suas individualidades e coletividades, podendo “ora se agrupar em torno de uma pessoa definida, que as considere de seu ponto de vista, ora distribuir-se no interior de uma sociedade grande ou pequena, de que elas são outras tantas imagens parciais” (HALBWACHS, 1990, p. 53).

A memória individual representa a experiência passada dos indivíduos em determinado espaço e tempo. As memórias individuais são pontos de vista sobre as memórias coletivas, que podem mudar de acordo com o engajamento e lugar que o membro ocupa no grupo. A memória coletiva envolve as memórias individuais, porém não se confunde com elas. É possível perceber, mesmo nas memórias que parecem mais individuais, traços sociais, como a data de nascimento, que embora o próprio indivíduo nem mesmo se lembre do dia, é comemorado ano após ano e incrementado com lembranças de outros que se recordam pelo aniversariante. A memória pode ser atribuída a grupos, composta a partir de seus membros, cujas lembranças se apóiam umas nas outras, mas, ainda que coletivas, são formadas também pelas memórias individuais de cada integrante, ou de uma parte deles. Dessa forma, memórias individuais e coletivas estão intimamente relacionadas (HALBWACHS, 1990).

Pensar em uma época em que qualquer indivíduo não seja membro de nenhum grupo é uma tarefa difícil, para não dizer impossível. Tratar-se-ia de pensar em um momento em que as sensações não estivessem relacionadas com nenhum pensamento ou imagem que o identificasse como participante de um grupo qualquer, ou mesmo que o seu nascimento não se cercasse de diversas instituições sociais. Isto acontece porque, como destaca Halbwachs (1990), uma "corrente de pensamento" social é tão invisível quanto o ar que respiramos, e cuja presença só pode ser enfatizada na sua ausência.

É possível criar um engajamento e manter vivas as lembranças relacionadas àquele grupo principalmente quando permanece a identificação. Para que a memória possa usar a de outros como auxílio, é necessário que as memórias que ali circulam não tenham deixado de ter vários pontos de contato

entre as recordações individuais dos integrantes, porque desta forma as lembranças podem ser reconstruídas sobre um fundamento comum. A harmonia, nesse sentido, é essencial para que as oposições individuais se silenciem em prol do grupo, criando uma memória mais unificada, com maiores identificações entre as diversas perspectivas. E mesmo essa memória pode mudar com o tempo, pois, desde que se conserve uma parte limitada de lembrança, ela pode em algum momento fazer parte da consciência de um grupo. Além disso, “entre o indivíduo e a nação, há muitos outros grupos, mais restritos do que esse que, também eles, têm sua memória, e cujas transformações atuam muito mais diretamente sobre a vida e o pensamento de seus membros” (HALBWACHS, 1990, p. 79).

Ricoeur (2007) defende que, como representação de coisas anteriormente percebidas, a memória tem como dever a luta contra o esquecimento, fazendo com que as recordações se sobressaiam entre aquilo que definiu como abusos de memória – os excessos de recordações – e abusos de esquecimento – a insuficiência de memória. Muitos esquecimentos resultam não do apagamento de memórias, mas do impedimento de acessá-las, fazendo com que se busque uma lembrança e não se encontre nada, ou ainda que se encontre outra em seu lugar. Em Vilhena, por exemplo, a Escola Municipal Castelo Branco tem o intuito de fazer com que o presidente permaneça na memória de todos. Quem estava no poder à época considerou importante que os moradores da cidade se lembrassem quem foi este governante. É uma obrigação lembrar.

Para isso, a coesão dos grupos é mantida pela referência ao passado, que é continuamente deformado e interpretado pelo presente, muitas vezes com

lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas que são guardadas e passadas adiante informalmente, despercebidas da sociedade em geral. Ao privilegiar as memórias oficiais, a história nacional muitas vezes deixa as memórias das minorias à margem, criando memórias subterrâneas e ocasionando em destruição, homogeneização e silenciamentos. Em oposição à recordação, manifestam-se, além do esquecimento, os silenciamentos, as zonas de “não-ditos”. Esses silêncios podem ser moldados pelo medo de punição ou de exposição, ou pela impossibilidade de encontrar “escuta” para aquilo que se quer expor. Nesses casos, ao silenciar, com o tempo, ao contrário de levar ao esquecimento, reforça-se o ressentimento dos subjugados, que esperam o momento de se expressar e quebrar o silêncio (POLLAK, 1989).

As memórias manifestam-se de diversas formas, entre elas por meio dos lugares de memória – materiais, simbólicos e funcionais –, que possuem um aspecto de obrigação de lembrança, um esforço reiterado do que não se deve esquecer.

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, [...], só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança (NORA, 1993, p. 21-22).

Vilhena é um município do interior do estado de Rondônia, com uma população aproximada de 100 mil habitantes, segundo censo de 2017 do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fundado em 1977. Os 40 anos de fundação, completados em 2017, não foram suficientes para garantir que existam, de fato, lugares de memória na cidade. Os lugares históricos, por outro lado, são vários, como arquivos, monumentos, museu e até mesmo um cemitério, pois, como não carregam a aura ritualística dos lugares de memória, tornam-se espaços de preservação, chamados lugares de história.

Memórias na escola do ditador

Em Vilhena, três ruas e uma escola prestam homenagens a presidentes da ditadura militar, transparecendo o contexto de criação do município e evidenciando as práticas culturais, históricas, políticas e sociais de uma cidade cujas principais avenidas fazem referência a outros militares que tiveram atuação na construção do estado, como as avenidas: Marechal Rondon, Major Amarante e Capitão Castro. Em pesquisa realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Castelo Branco, foram entrevistados 12 funcionários, como professores, coordenadores e vice-diretor da escola, a exceção da diretora da escola. As perguntas versavam sobre a história da escola, o conhecimento sobre o ex-presidente e ditador Castelo Branco e a mudança dos nomes dos espaços públicos que homenageiam os ditadores militares no Brasil (ver Gráfico 1). Aqui, foram considerados conhecedores do homenageado aqueles que sabiam ao menos minimamente que ele foi um presidente, um militar ou mesmo um político brasileiro.

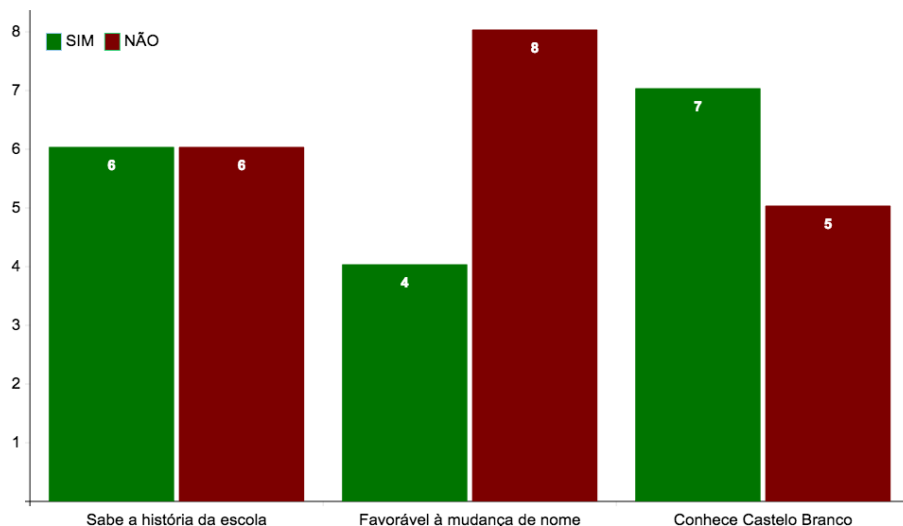


Gráfico 1 – 12 funcionários entrevistados da EMEF Castelo Branco
Fonte: Elaborado pelos autores

Quando indagados sobre o ano de criação da escola e o processo de escolha do homenageado, dos 12 entrevistados, 6 afirmaram que não conhecem a história. Desses, 1 disse que conhece mais ou menos, porém, não ofereceu maiores detalhes. Dos outros 6 que conhecem um pouco sobre a história da escola, 4 contaram que ela foi criada para atender a população rural, algo citado no documento oficial sobre o Histórico da Escola Rural Castelo Branco, ainda que ela nunca tenha se denominado assim. Segundo o documento, a escola surgiu “[...] onde vive uma comunidade de pequenos e médios agricultores de várias regiões brasileiras”, com madeiras da região. Um dos entrevistados disse ainda que a escola foi uma das primeiras da cidade; o que explica a sua distância em relação ao centro da cidade. Fundada em 17 de março de 1987 pelo Decreto Nº 3234/87, como Escola Multigraduada Castelo

Branco, teve o nome alterado para Escola Municipal de Primeiro Grau Castelo Branco em algum momento entre os anos de 1987 e 1999, tendo recebido nova denominação em 1999, tornando-se Escola Municipal de Ensino Fundamental Castelo Branco através do Decreto Nº 1.671/99.

Ainda sobre a escola, 3 entrevistados disseram que foi criada em 1986, com um desses informando que surgiu por conta das madeiras e outro que se tratava de uma escola rural, evidenciando: "O nome é fácil de imaginar porque o governo de Rondônia também era um coronel do exército, Jorge Teixeira", não sem antes compreender que o homenageado era bem querido pelos mandatários da época. Logo, o nome foi escolhido "para homenagear alguns que para grande parte da população são heróis. São verdadeiros heróis. Verdadeiros patriotas que merecem homenagem". Essa perspectiva pode ser comprovada pelo documento supracitado, ao se dizer que: "de comum acordo com a comunidade escolheu o nome de Castelo Branco. Em homenagem ao grande estadista nas eleições de 64". Em seguida, são apresentados o histórico escolar do homenageado, bem como seu histórico profissional, sempre de maneira positiva.

Em relação à mudança ou não do nome da escola, 4 dos 12 entrevistados acham interessante alterar o nome, com a condição de que seja para pessoas ligadas à educação, ou seja, que homenageiem pessoas relacionadas ao que se destina o espaço. Todos esses que aceitariam a mudança, e apenas o fariam com condicionais, conheciam um pouco sobre Castelo Branco. Um deles, todavia, defende que esse movimento deveria abranger toda a classe política e não só em relação aos envolvidos com a ditadura militar. Outro dos quatro funcionários, entre os que acreditam que o nome poderia homenagear

educadores, defende que a denominação da escola poderia estar associada ainda a pessoas importantes do próprio município, envolvidos com a área da educação, enquanto outro que havia concordado com a mudança logo questionou sobre o motivo dessa alteração do nome.

Dos 8 que não acreditam existir necessidade de mudança, 5 afirmaram não conhecer nada a respeito da história de Castelo Branco, enquanto 3 disseram que ele faz parte da nossa história e por isso não deve ser alterado. Ou seja, mesmo sem conhecer o homenageado e sua história, 5 preferem preservar o nome. Desses que não concordam com a mudança de nome, um afirmou que “o regime militar não foi uma das piores coisas”, e, para outro funcionário, no período militar, havia mais respeito às instituições públicas e aos bons costumes. Um terceiro entrevistado explicou que não sabe o motivo da escolha do nome, mas acredita que deve ter algum objetivo louvável e outro defende que o que foi definido no começo da história da escola deve permanecer. Por fim, o que se disse indiferente explicou que não vê importância nenhuma, pois, se os militares erraram, fizeram isso pensando em acertar.

Podem ter cometido vários erros, mas eu acredito que erraram pensando em acertar. Eu não vejo os militares como usurpadores, eu vejo defensores da pátria. Podem ter errado. Talvez não fosse da forma correta e até lamento pelos que lutaram contra os militares. Os movimentos de guerrilha e tudo. Porque morreram a troco de quê? Pra entregar o Brasil nas mãos dos atuais aqui. Podiam estar vivos, contribuindo. Mas na história não existe o tal do se. Então é isso. Pra mim é indiferente. Eu acho que nós temos tanta coisa pra discutir, pra mudar na educação ou nas instituições. Não seriam simples nomes. E outra, quer queira ou não eles fazem parte da história do Brasil. Então pra mim, indiferente mudar ou não.

A opinião deste entrevistado se coaduna completamente com o documento oficial da escola que, entre os vários elogios dedicados ao “homenageado”, palavra que é usada para referir-se a Castelo Branco no documento, entende que o primeiro presidente da ditadura militar brasileira foi um patriota e grande estadista: “Era chefe do Estado Maior do Exército, quando a 21 de março de 1964 publicou memorial acusando o governo de Goulart de pretender implantar no país regime de esquerda, e muitos consideram esse texto como motivo do levante que estouraria dez dias depois”.

O ato que deu início ao período ditatorial militar no Brasil, que durou 21 anos, foi motivado pela urgência por parte dos políticos e militares brasileiros e estadunidenses em assegurar que o país “não se tornaria uma nova Cuba” (FERREIRA, 2003). Movidos pelo medo, os militares quebraram a hierarquia e conspiraram contra o presidente da república, João Goulart, o chefe de todos os militares (FICO, 2005). Cabe salientar, entretanto, que essa perspectiva se mostrou longe de ser verídica, uma vez que Goulart não era comunista e não tinha intenção de implementar qualquer projeto político pela força, afinal, sequer confrontou os seus opositores que lhe derrubavam do principal cargo do país; fato que culminou em seu exílio do Brasil, de quando retornou apenas após a morte.

Em relação ao presidente Castelo Branco, 5 dos 12 não sabiam nada a respeito, simplesmente não conheciam o primeiro presidente da ditadura militar brasileira. Destes, um nunca viu nada sobre, dois não conhecem nada e dois não se lembram detidamente. Desses entrevistados sem conhecimento do personagem homenageado pelo espaço público em que trabalham, 5 defenderam que não deveriam tirar o nome do presidente, com algumas

justificativas de ele “fazer parte da história”, embora não saibam nada sobre Castelo Branco. Dos 12 funcionários, 7 sabiam somente que se tratava de um presidente da ditadura; destes, um afirma que foi o primeiro do período e 3 dizem que ele ficou por pouco tempo no cargo. O entrevistado que respondeu contextualizando sobre este ser o primeiro presidente da ditadura militar ponderou alguns dos fatores que levaram ao golpe, atribuindo ainda a Castelo Branco os adjetivos patriota e nacionalista – como qualitativos positivos –, os mesmos que serviram de argumento para a escolha do nome da escola.

Considerações finais

Surgidas como elementos componentes da história, as memórias se manifestam como a possibilidade de acesso a impressões de fatos passados (LE GOFF, 2013). Um misto de lembranças, esquecimentos e silenciamentos compõe as memórias e fazem com que elas sejam sempre atuais, plurais e mutáveis. Enquanto a história representa o passado imutável, em que as ambiguidades são excluídas (NORA, 1993), na memória, consolidam-se as identidades coletivas e comunitárias, tornando as cidades arquivos urbanos alimentados pelas histórias locais e nacionais, e de onde são tiradas memórias individuais e coletivas. Manifestada de diversas formas, as memórias são visíveis também nos lugares de memória – materiais, simbólicos e funcionais –, que possuem um aspecto de obrigação de lembrança, um esforço reiterado do que não se deve esquecer. Nesse sentido, este trabalho avaliou as memórias obtidas através de entrevistas com funcionários da Escola Municipal de Ensino Fundamental Castelo Branco sobre o conhecimento acerca do homenageado que dá nome à instituição de ensino, as opiniões a respeito de uma possível

alteração do nome e os conhecimentos sobre o local, além da análise de um documento sobre a história do lugar.

Foram entrevistados 12 funcionários da escola, tensionando questões relacionadas à história da ditadura militar e de Vilhena e dos resquícios que esse período deixou na cidade através da nomeação de prédios públicos que homenageiam os ditadores militares. Metade deles conhecia a história da escola e os outros 5 entrevistados não conheciam Castelo Branco, mesmo sendo educadores – pessoas autorizadas para passar conhecimento às crianças –, e ainda assim nenhum destes querem a alteração. Dos 12 entrevistados, 8 se posicionaram contra a alteração do nome, embora 3 tivessem algum conhecimento sobre o presidente. Todos os 4 funcionários que concordam com a mudança do nome sabiam quem foi Castelo Branco. Além disso, nas falas de alguns entrevistados, há memórias que contrastam com a perspectiva estabelecida pelos historiadores sobre Castelo Branco, o golpe de 1964 e a ditadura militar, pois enfatizavam aspectos positivos e inverossímeis, algo perceptível também no próprio documento sobre a história da escola.

Ao se nomear em Vilhena, cidade do interior de Rondônia emancipada no governo do ex-presidente e ditador Ernesto Geisel, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Castelo Branco, e as ruas Presidente Médici, Costa e Silva e Castelo Branco, houve a tentativa de registro dessa história que foi considerada merecedora de ser recordada. Criada em 1987, a escola e sua homenagem ao presidente não encontram eco na maioria das falas dos profissionais que trabalham no local. Desta maneira, a aparente falta de conhecimento e de recordações sobre quem foi o homenageado demonstra que o arquivamento

dessa parte da história a partir da nomeação do prédio público não foi bem-sucedido.

Tem-se, portanto, um lugar de história que não consegue se constituir nas memórias individuais, pois não se tem acesso a essas memórias nas entrevistas com as pessoas que se relacionam cotidianamente com esse espaço. Se esse local não consegue se consolidar como lugar de história para os funcionários da escola, sua efetividade deve ser diminuída nas pessoas que apenas passam por ela, sem se aprofundar na história da época e na contextualização do que significa essa homenagem. Sem preparar datas comemorativas, como o aniversário de fundação da escola, ou comemoração das datas importantes na história de Castelo Branco, por exemplo, a memória sobre o homenageado passa a ser silenciada.

Referências

BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-425.

FICO, Carlos. **O regime militar no Brasil** (1964/1985). São Paulo: Saraiva, 2005.

HALBWACHS, Michel. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1950.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª edição revista. São Paulo: Unicamp, 2013 [1988].

MARTINS, Allysson; MIGOWSKI, Ana. Ditadura militar brasileira e novas formas cartográficas: memórias coletivas e mapas digitais colaborativos. In: ARAUJO, Denize Araujo; MORETTIN, Eduardo; REIA-BAPTISTA, Vitor (Orgs.). **Ditaduras revisitadas**:



ISSN nº 2447-4266

Vol. 5, n. 2, Abr-Jun. 2019

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n2p322>

cartografias, memórias e representações audiovisuais. Eletrônico: Suporte, 2016, p. 383-402.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto Historia**, nº 10, 1993 [1984].

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas-SP: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Lucas. Presidentes da ditadura militar dão nome a mais de 700 escolas.

UOL, São Paulo, publicado em 15 de abril de 2014. Disponível em:

<<https://educacao.uol.com.br/noticias/2014/04/15/presidentes-da-ditadura-militar-dao-nome-a-mais-de-700-escolas.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 27 abr. 2017.